

Câmara substituirá o Senado

Deputados devem redigir a Lei Orgânica em 6 meses

A Câmara Legislativa do Distrito Federal — que começa a funcionar oficialmente no dia 1º de fevereiro de 1991 — desenvolverá a mesma função das Assembléias Legislativas dos Estados. Ou seja, os deputados vão fazer as leis que norteiam o desenvolvimento de Brasília, substituindo a Comissão do DF no Senado Federal, que exerce o papel de legislador até o final deste ano.

Inicialmente, a incumbência dos 24 deputados distritais será elaborar a Lei Orgânica e o Plano Diretor do DF. Nesses documentos, estarão as diretrizes para as novas relações econômicas, políticas e sociais do DF. Os eleitos serão empossados no dia 1º de janeiro, mas os trabalhos só serão iniciados em fevereiro.

A Lei Orgânica — documento que regulamentará a organização física e administrativa do DF, o direito dos cidadãos, os princípios de atuação nas áreas de saúde, educação, transporte, habitação, meio ambiente, industrialização, tributos e comércio — deverá ficar pronta seis meses após o começo dos trabalhos, conforme estabelece a Constituição Federal. O texto será votado em dois turnos, com uma diferença de dez dias entre o pri-



Givaldo Barbosa

Prédio da Embrater, na Asa Norte, passará por uma reforma

meiro e o segundo, e o seu teor precisará da aprovação de dois terços do plenário (16 deputados).

Os deputados eleitos terão competência para instituir novos tributos, definir o uso do solo, estabelecer a ampliação de áreas urbanas e rurais, definir os parâmetros para a

industrialização e a política de empregos.

Os parlamentares também poderão elaborar planos para a saúde, educação e meio ambiente, deliberar sobre o transporte coletivo, definir a política habitacional, defender minorias, preservar o patrimônio histórico, estabelecer diretrizes pa-

ra os setores comercial e agropecuário.

Inicialmente, os 24 deputados distritais serão instalados no prédio onde funciona a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), localizado no final da Asa Norte. O Departamento de Arquitetura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) já concluiu o projeto de adaptação do prédio e as obras deverão ser iniciadas imediatamente.

Um prédio definitivo para a Câmara Legislativa, que deverá ser edificado no terreno próximo ao Tribunal de Justiça do DF, no Eixo Monumental. O projeto foi escolhido através de concurso público coordenado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e após a liberação da verba, serão necessários dois anos para a sua conclusão.

Funcionários

Os 120 funcionários que irão trabalhar na Câmara Legislativa deverão ser escolhidos através de concurso público. Isso é o que prevê um projeto de resolução aprovado pelos senadores que integram a Comissão do DF, com emendas do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) que ainda precisa ser aprovada pelo plenário do Senado.